

Sumário

Prefácio.....	XI
Apresentação.....	XV
Introdução.....	1
1. Bases Principlógicas Capazes de Fundamentar o Pensamento para a Sistematização de Precedentes no Brasil	5
1.1. Breve relato histórico em torno do surgimento dos precedentes do <i>common law</i> e da <i>civil law</i>	5
1.2. O princípio constitucional de acesso à justiça e a efetividade do processo.....	20
1.3. O princípio da legalidade e da anterioridade.....	23
1.4. O princípio da razoabilidade e da proporcionalidade.....	25
1.5. O princípio da cooperação.....	27
1.6. O princípio da boa-fé objetiva	34
1.7. O princípio da proteção à confiança.....	39
1.8. O princípio da isonomia	42
1.9. O princípio da congruência	43
1.10. O princípio da colegialidade	44
1.11. O princípio da motivação, do contraditório e da publicidade	45
2. A Modificação do Pensamento que Prestigia a Jurisprudência Defensiva no Processo Civil Brasileiro.....	51
2.1. Jurisprudência	52
2.2. As acepções de jurisprudência no direito brasileiro	55
2.3. A jurisprudência defensiva	60

2.4. A quebra dos entraves e pretextos previstos na jurisprudência defensiva	62
2.5. O rompimento da inadmissibilidade dos recursos por meras irregularidades, com vistas à formação do precedente	70
2.6. Exemplo/Decisão	82
2.7. Súmula	83
2.8. Precedente	85
3. A Teoria do Precedente Judicial e os Elementos:	
<i>Stare Decisis, Ratio Decidendi e Obiter Dicta</i>	89
3.1. A força do precedente	95
3.2. O precedente como fonte jurídica	100
3.3. O precedente no modelo <i>Common Law</i>	107
3.4. O efeito vinculante do precedente e as correntes: restritiva, restritiva mitigada e ampliativa	109
3.5. Os valores fundamentais para concretização de uma argumentação jurídica racional: a previsibilidade jurídica, a igualdade jurídica e a imparcialidade	120
3.6. Efeito vinculante e efeito <i>erga omnes</i>	123
3.7. Efeitos dos precedentes.....	125
3.8. A estabilidade, integridade e coerência da jurisprudência pelos Tribunais	126
3.9. A qualidade da decisão judicial.....	129
4. O Precedente Judicial no Processo Civil Brasileiro.....	133
4.1. Controle concentrado de constitucionalidade	135
4.2. Súmulas do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça	137
4.3. Incidente de resolução de demandas repetitivas	139
4.4. Recurso extraordinário repetitivo	143
4.5. Recurso especial repetitivo	144

4.6. Precedentes vinculantes do Plenário ou do Órgão Especial	146
4.7. Distinção e superação dos precedentes	147
4.8. A dinâmica do sistema de precedentes.....	155
4.9. Análise dos fundamentos determinantes de casos julgados pelo STF.....	172
Considerações Finais	193
Referências Bibliográficas	197